

# Superior Tribunal de Justiça

AgInt no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.050 - SC (2019/0120970-6)

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL  
**ADVOGADOS** : MÁRIO KORB FILHO E OUTRO(S) - SC012861  
TIAGO MAGALHÃES CARDOSO - SC018907  
GUILHERME STADOLNY BORDIN - SC023358  
MATHEUS MUNHOZ - SC016748  
**AGRAVADO** : OTADANY ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

## DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE impugnando decisão que indeferiu liminarmente o pedido de tutela provisória (fls. 379-385 e-STJ), o qual visava a atribuição de efeito suspensivo a agravo em recurso especial.

Nas razões recursais, a agravante reitera as alegações de que estão presentes os requisitos autorizadores para a concessão da tutela de urgência (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*).

Impugnação da parte agravada apresentada às fls. 488-514 (e-STJ).

É o relatório.

### DECIDO.

Depois da interposição do presente agravo interno, foi determinada a conversão do AREsp nº 1.501.871/SC em recurso especial para melhor exame perante o colegiado da Terceira Turma (fls. 286-288 e-STJ daqueles autos).

Ao recurso especial foi negado provimento na sessão de julgamentos de 24/9/2019, recebendo o acórdão a seguinte ementa:

*"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CIVIL. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. PRESCRIÇÃO. HIPOTECA. EXTINÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. PARÂMETRO LEGAL. CPC/2015. APLICAÇÃO.*

- 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*
- 2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional, tampouco em fundamentação deficiente, se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.*
- 3. Reconhecida a inexigibilidade da obrigação principal em virtude da prescrição, também deve ser extinta a garantia hipotecária que lhe é acessória (art. 1.499, I, do CC/2002). Precedente.*
- 4. Fixados os honorários recursais dentro dos parâmetros legais do § 11 do art. 85 do CPC/2015, não há falar em desproporcionalidade.*
- 5. Recurso especial não provido, com majoração de honorários."*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desse modo, o recurso está prejudicado em virtude do julgamento do REsp nº 1.837.457/SC, vinculado à presente tutela provisória.

Logo, não há mais falar em interesse na concessão de efeito suspensivo a recurso já apreciado.

Nesse sentido, vale conferir os seguintes precedentes:

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES NÃO CARACTERIZADAS. PREJUDICIALIDADE DO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA O INDEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA.*

*1. Os embargos de declaração são cabíveis somente quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015. No caso concreto, não se constata nenhum dos vícios mencionados.*

*2. Julgado o agravo em recurso especial em relação ao qual se postulava conferir efeito suspensivo, fica prejudicada a tutela provisória requerida e o respectivo agravo interno por falta de objeto.*

*3. Embargos de declaração rejeitados. Prejudicado o agravo interno interposto contra a decisão que indeferiu a tutela provisória." (EDcl no AgInt no AREsp nº 1.166.959/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 1º/10/2018)*

*"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. TRANSPORTE. TUTELA PROVISÓRIA. LIMINAR INDEFERIDA. RECURSO A QUE SE PRETENDIA CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO JULGADO E NÃO CONHECIDO. PERDA DO OBJETO.*

*I - O recurso especial a que se pretendia conceder efeito suspensivo teve o seu seguimento negado na origem. Interposto agravo em recurso especial, não se conheceu do recurso diante da falta de impugnação dos fundamentos de negativa de seguimento. Assim, esvaziou-se o objeto da presente tutela de urgência, não havendo mais o que ser debatido através desse instrumento processual, diante da perda do objeto. No mesmo sentido: AgInt no AREsp 1069185/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018; AgInt na MC 22.718/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018; AgInt no TP 517/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 25/05/2018.*

*II - Tutela provisória prejudicada. (TP nº 1.230/MT, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJe 27/8/2018)"*

Ante o exposto, julgo prejudicado o agravo interno.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

